



17 DE SETEMBRO DE 2023 | CIDADE DE NOVA IORQUE, ESTADOS UNIDOS

Direitos Comunitários e Mudanças Climáticas: Que Futuro Queremos?

DIÁLOGO SOBRE FUTUROS CLIMÁTICOS | RELATÓRIO DE SÍNTESE

INTRODUÇÃO

Em 17 de setembro de 2023, mais de 70 representantes de titulares de direitos e seus aliados se reuniram para o primeiro diálogo global sobre as formas como o financiamento climático pode ou deve apoiar a visão deles para o futuro em um mundo impactado pelas mudanças climáticas. Com o apoio de doadores e filantropos progressistas, foi criado um espaço dedicado aos Povos Indígenas (PIs), comunidades locais (CLs), Povos Afrodescendentes (PADs) e mulheres desses grupos para refletirem e compartilharem suas experiências com iniciativas de financiamento climático de mercado e não mercado¹ e considerarem os meios pelos quais esses instrumentos podem servir melhor às suas comunidades.

O diálogo buscou ir além das lacunas e dos desafios conhecidos para responder às necessidades críticas desses grupos e iniciar o processo de definição de caminhos que possam apoiar um futuro mais justo, equitativo, inclusivo, sustentável e resiliente ao clima para todos. Para isso, os participantes foram convidados a:

1. Compartilhar reflexões e experiências com fontes de financiamento de mercado e não mercado, incluindo projetos, abordagens jurisdicionais e mecanismos de financiamento direto.
2. Avaliar a adequação das ferramentas e dos instrumentos existentes para ajudá-los a executar suas prioridades autodeterminadas (e em quais condições).
3. Refletir sobre os mecanismos e os caminhos ideais que melhor serviriam aos interesses das populações locais e ao avanço do seus futuros autodeterminados.

A realização deste diálogo foi possível graças à colaboração conjunta das organizações Rights and Resources Initiative (RRI), da Rainforest Foundation US, da Rainforest Foundation Norway e do Forest Peoples Programme. Este documento oferece uma visão geral das observações compartilhadas e dos caminhos emergentes a seguir. Como o evento foi realizado sob as Regras da Chatham House, todas as referências aos próprios participantes ou detalhes específicos do local foram omitidos neste resumo. Por fim, devido à natureza interligada das crises climática e da biodiversidade, as observações e recomendações incluem referências a iniciativas de financiamento relacionadas à biodiversidade, conforme relevante e aplicável.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Apesar de quase duas décadas de engajamento em programas de redução de emissões e de esforços para melhorar o uso sustentável, a gestão e a restauração de sumidouros terrestres de gases de efeito de estufa, o propósito, alcance e benefícios das iniciativas de financiamento climático baseadas em resultados e no mercado continuam a ser pouco claros para as comunidades afetadas.

Foto da capa: Lago Tamblingan no território habitual da comunidade Indígena Adat Dalem Tamblingan, Bali, Indonésia. Crédito: Rights and Resources Initiative.

¹ Financiamento climático de não mercado é usado neste texto para se referir a métodos de financiamento que não são tradicionalmente associados aos mecanismos de mercado, como financiamentos governamentais, doações, subsídios, entre outros.

A capacidade delas de acessar informações completas e transparentes, de garantir participação ativa no desenho e na implementação das iniciativas e de obter soluções eficazes quando os seus direitos são violados têm-se deparado, até agora, com dificuldades persistentes e de longa data que ainda não foram resolvidas pelas instituições, normas e sistemas de salvaguarda que deveriam regular as ações e os investimentos nestas áreas.

Embora o diálogo tenha procurado abordar todos os aspectos e fontes de financiamento climático disponíveis para os Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais direta ou indiretamente, os participantes estavam preocupados com a crescente presença e influência dos mercados de carbono e as pressões que estes exercem agora sobre as comunidades e os governos nacionais.

Os debates abordaram uma ampla gama de questões, que podem ser resumidas pelas seguintes observações:

- A experiência dos participantes com fontes de financiamento de mercado e não mercado varia entre as regiões, mas o conhecimento e a compreensão geral das abordagens existentes, particularmente aquelas relacionadas ao mercado de carbono voluntário (VCM, na sigla em inglês) e ao REDD+ jurisdicional, ainda é pouca e insuficiente para garantir tomadas de decisões informadas e participações ativas nos níveis local, nacional e internacional.
- O acesso a informações objetivas, completas, transparentes e localmente adaptadas sobre as fontes e os mecanismos de financiamento climático, em especial os programas baseados no mercado, é limitado ou inexistente em várias regiões. Isso dificulta a capacidade dos detentores de direitos de avaliarem independentemente a integridade social e ambiental das iniciativas propostas, de avaliarem os benefícios reais e potenciais e de anteciparem os impactos prováveis nos direitos da comunidade de controlar, usar, gerir e se beneficiar de todas as terras e territórios tradicionalmente detidos e abrangidos por programas de créditos.
- Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais raramente são considerados como iguais e parceiros na realização de iniciativas climáticas específicas, o que resulta num respeito limitado pelas suas normas e valores culturais distintos e na incapacidade de assegurar a sua participação significativa na concepção, implementação e monitoramento de investimentos climáticos baseados na natureza (em oposição a meros beneficiários). Como tal, os detentores de direitos continuam amplamente céticos quanto aos motivos e interesses dos proponentes baseados no mercado, dificultando as oportunidades para construção de confiança e colaboração mútuas.
- Iniciativas de capacitação lideradas por proponentes sobre programas de financiamento baseados no mercado e em resultados são geralmente vistas como desfavoráveis para a realização da autodeterminação da comunidade e para a resolução conjunta de problemas. Em vez de promover a aprendizagem mútua e o compartilhamento de conhecimentos entre iguais e de abordar as lacunas críticas de informação que todos os participantes enfrentam (ou seja, instituições de financiamento climático, proponentes de projetos, lideranças e comunidades locais), a natureza técnica e hierárquica das iniciativas de capacitação tendem a reforçar as estruturas de poder que não reconhecem as responsabilidades históricas dos detentores de direitos como guardiões da natureza e o seu papel essencial na realização de soluções climáticas sustentáveis, equitativas e justas.
- Apesar do crescente apoio político e do reconhecimento científico da importância da segurança dos direitos de posse para atingir os objetivos climáticos e de biodiversidade, o mercado e outras iniciativas de financiamento climático baseadas em resultados não conseguiram, até agora, defender e promover os direitos tradicionais das comunidades à terra e ao território para além do que os Estados reconhecem. Para os PI, os PAD, as CL e as mulheres dentro desses grupos, a segurança da posse é uma condição prévia

fundamental para a sua capacidade de afirmar e exercer os seus direitos distintos e diferenciados. Isto inclui o direito dos povos à autodeterminação e os direitos humanos coletivos e individuais das comunidades e dos seus membros, que não podem ser substituídos nem compensados por acordos de partilha de benefícios ou outras salvaguardas limitadas.

- Os direitos distintos e diferenciados dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, comunidades locais e das mulheres dentro desses grupos – conforme reconhecido na legislação internacional² – são refletidos de forma inadequada nos padrões e protocolos aplicados pelos programas de crédito de carbono e pelas instituições que os apoiam. O não cumprimento do direito internacional e das melhores práticas reconhecidas³ invariavelmente prejudica a ambição de realização dos direitos humanos e dos direitos específicos dos PIs, PADs, CLs e mulheres desses grupos, enfraquecendo, por sua vez, a credibilidade, a transparência e a integridade das iniciativas de financiamento climático.
- Atualmente, não existe um espaço ou mecanismo de convocação independente dedicado a apoiar os esforços dos PIs, PADs, CLs – e mulheres e jovens desses grupos – para reforçar a aprendizagem, a coordenação, a capacitação e a solidariedade transregionais em torno dos futuros climáticos que desejam e a que têm direito.

CAMINHOS E SOLUÇÕES

A resolução dos muitos desafios compartilhados pelos participantes exigirá esforços coordenados por parte dos detentores de direitos e dos seus aliados para avançar com soluções alternativas e criar oportunidades significativas para o diálogo e engajamento com todas as principais partes interessadas. Durante o evento, os participantes assinalaram uma ampla gama de ações que devem ser consideradas, incluindo os seguintes caminhos e soluções:

- Alavancar a plataforma Climate Futures para apoiar a coordenação e a aprendizagem de baixo para cima entre Povos Indígenas, comunidades locais, Povos Afrodescendentes, grupos de mulheres Indígenas e comunitários e a próxima geração de líderes, para que possam responder melhor às ações e aos investimentos externos em clima e biodiversidade nos seus territórios, e promover mais eficazmente as suas próprias soluções e futuros autodeterminados.
- Desenvolver a base de informação e a rede de apoio legal de que os PIs, as CLs e os PADs necessitam para tomar decisões informadas sobre se e como se envolver com os programas de crédito de carbono e biodiversidade ao nível do projeto ou da jurisdição.
- Apoiar o reforço em larga escala das capacidades Indígenas e comunitárias para se envolverem em iniciativas e instituições de financiamento climático nos seus próprios termos, apoiar as suas necessidades

² Estes incluem, mas não se limitam a: i) os direitos distintos e diferenciados dos Povos Indígenas, conforme afirmado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989 (No. 169); ii) os direitos das comunidades locais, dos Povos Afrodescendentes e de outros grupos étnicos marginalizados, conforme afirmado por vários instrumentos, incluindo a Convenção Nº. 169 da OIT (aplicável aos "Povos Tribais") e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais; e iii) a igualdade de papéis e de direitos das mulheres no seio destes povos e comunidades, tal como afirmado pelos instrumentos legais acima referidos e pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

³ Ver O Padrão dos Direitos à Terra em: https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/Land-Rights-Standard_PT-1.pdf.

de tomada de decisões a nível local e global e promover soluções que sejam consistentes com os seus valores e prioridades. A realização destes objetivos exigirá ações coordenadas por parte dos detentores de direitos e dos seus aliados para desenvolver produtos de conhecimento acessíveis e workshops de formação; fomentar e aumentar as oportunidades de aprendizagem horizontal; reforçar o acesso a aconselhamento jurídico e apoio técnico; e promover o diálogo e o envolvimento a nível nacional e internacional para fazer avançar as perspectivas baseadas nos direitos em todas as ações e investimentos no domínio do clima e da biodiversidade.

- Apoiar os governos nacionais nos seus esforços para promover políticas de clima e biodiversidade e reformas regulamentares nacionais que sejam coerentes com o direito internacional em matéria de direitos humanos e, em particular, com os direitos dos PI, dos PAD, das CL e das mulheres.
- Apoiar o desenvolvimento e a implementação de mecanismos, padrões e normas liderados pelos detentores de direitos para orientar e responsabilizar os atores e as instituições que governam a implementação de ações e investimentos no domínio do clima e da biodiversidade em todas as terras e territórios detidos pelos costumes.
- Apoiar diálogos liderados pelos detentores de direitos com governos, doadores e instituições que subscrevem programas de crédito de carbono e biodiversidade para garantir que os valores, experiências e prioridades dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, comunidades locais e mulheres dentro destes grupos sejam efetivamente incorporados na concepção e implementação de todas as ações e investimentos relacionados, aumentando assim a transparência, confiabilidade e integridade dos investimentos dedicados.
- Reforçar a credibilidade e a transparência dos regimes de crédito de carbono e biodiversidade e a responsabilização dos compradores privados e públicos, permitindo um acompanhamento e uma monitorização abertos dos investimentos no terreno.
- Dar prioridade ao desenvolvimento e à capitalização de mecanismos de financiamento direto e de fundos territoriais emergentes para fazer avançar as ações em matéria de clima e biodiversidade definidas a nível local e reforçar a autonomia de decisão dos titulares de direitos.
- De acordo com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), promover a realização de objetivos socioambientais integrados, assegurando que todas as iniciativas de financiamento climático e da biodiversidade respeitem as obrigações e compromissos internacionais em matéria de direitos humanos e dar efetivamente prioridade à equidade, justiça, inclusão e às abordagens baseadas nos direitos como requisitos condicionais para a realização de todas e quaisquer ações ou investimentos que visem resultados de adaptação, atenuação, recuperação ou conservação.
- Incentivar os regimes de financiamento e de atribuição de créditos no domínio do clima e da biodiversidade a divulgarem de forma transparente a distribuição dos fluxos monetários de todos os investimentos relacionados com comunidades e/ou países.
- Prosseguir com os esforços para mobilizar ação global e aumentar a ambição política para abordar as causas raízes das mudanças das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, acelerar a descarbonização e pôr fim às alterações do uso e ocupação do solo.

DESTAQUES DO DIÁLOGO

Discurso de abertura

Os titulares de direitos em todo o lado enfrentam pressões crescentes. A segurança da posse da terra continua a ser um desafio fundamental para a maioria das comunidades, uma vez que os governos restringem o

reconhecimento dos seus direitos na prática, se não no papel. Os participantes enfatizaram que a melhor solução para lidar com as mudanças climáticas é proteger os direitos dos Povos Indígenas, comunidades locais, Povos Afrodescendentes, e os das mulheres e jovens desses grupos, e investir em seus meios de subsistência. Os detentores de direitos pediram uma reformulação do desenvolvimento de capacidades, reconhecendo que existem múltiplas formas de capacidade e que suas próprias capacidades e habilidades como guardiões e gestores das paisagens naturais do mundo precisam ser mais valorizadas, reconhecidas e protegidas.

Neste contexto, o diálogo abriu um espaço para debater a forma como o financiamento da luta contra as mudanças climáticas pode ajudar a superar estas lacunas e obstáculos.

Visão geral das tendências globais

Para guiar a discussão, o diálogo começou com uma apresentação geral⁴ sobre as tendências atuais do financiamento climático, refletindo sobre a arquitetura, o volume e as implicações para as agendas coletivas de direitos territoriais.

Principais conclusões

- Progresso notável alcançado na última década sobre os direitos da terra e humanos dos IPs, ADPs, LCs na arena climática, com o desenvolvimento de: estruturas baseadas em direitos para investimentos; acesso direto ao financiamento climático; acordos expandidos de compartilhamento de benefícios; e novos fundos para os direitos e governança da terra. No entanto, os modelos predominantes de desenvolvimento econômico e apoio político limitado para abordar as mudanças climáticas continuam sendo um desafio contínuo.
- Atualmente, existe uma ampla gama de mecanismos de financiamento climático, incluindo fontes dedicadas (por exemplo, Fundo da Amazon, Forest and Climate Leaders' Partnership, Coalizão LEAF, Global Environment Facility, Fundo Verde para o Clima); canais de financiamento indireto (por exemplo, Podaali, Fundo Territorial Mesoamericano, Shandia, Fundo do Quadro Global para a Biodiversidade, apoio público aos Planos de Vida Indígenas); e metas aspiracionais (por exemplo, imposto global de riqueza, imposto sobre combustível fóssil, sobretaxa de Wall Street, alívio da dívida).
- Os pagamentos não baseados em resultados são de pequena escala (pelo menos US\$1,7 bilhão comprometidos ao longo de cinco anos), mas estão crescendo, enquanto o mercado de carbono é de grande escala (US\$1,3 bilhão em 2022), provavelmente crescerá, mas tem desafios significativos e questões complexas.
- As expressões territoriais dos programas do mercado de carbono incluem:
 - Compromissos fundiários a longo prazo
 - Sistema de controle, informação e verificação
 - Ação para reduzir a desmatamento/degradação ou promover remoções através de ações de recuperação
 - Pagamento por serviços ambientais

⁴ Veja "Reflexões sobre financiamento climático: volume, arquitetura e implicações para agendas de direitos territoriais coletivos", Andrea Johnson, CLUA | Setembro de 2023.

- A apresentação analisou as principais características e tendências dos mecanismos de pagamento baseados em resultados (projeto e jurisdição), bem como dos mecanismos não baseados em resultados, analisando a sua arquitetura, o seu potencial valor estratégico para os territórios, o seu volume e os seus pontos fracos/riscos.
- Embora os mercados de carbono tenham trazido um importante apoio financeiro às comunidades, tem havido uma série de desafios associados aos projetos e aos seus impactos nas comunidades.
- Novas formas de mecanismos de financiamento climático fora dos mecanismos existentes estão em desenvolvimento.
- Para além do acesso aos mecanismos de financiamento climático, é crucial que os Povos Indígenas e as comunidades locais avaliem as suas próprias prioridades territoriais e políticas e vejam como estes mecanismos oferecem oportunidades ou riscos para essas prioridades.

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

As principais conclusões sobre o estado atual do financiamento climático foram as seguintes:

Principais benefícios e oportunidades

- Os PIs, os PADs e as CLs podem utilizar as discussões sobre o financiamento climático para aumentar a atenção sobre os seus direitos e à demarcação de seus territórios. O financiamento climático pode ser usado para ajudar a esclarecer e avançar na demarcação dos territórios e dar a eles uma voz mais forte na tomada de decisões e oportunidades para pressionar por reformas legais.
- O financiamento climático pode ser utilizado para reafirmar o papel fundamental e a liderança das comunidades na manutenção e proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, apoiar o mapeamento participativo, apoiar a criação de instituições fortes de PIs, PADs e CLs a nível local, reforçar a governança interna nas comunidades, apoiar os meios de subsistência locais e financiar a segurança alimentar.
- O financiamento filantrópico tem o potencial de ser mais flexível e disposto a assumir riscos em comparação ao financiamento público ao fornecer recursos diretamente às comunidades.
- O financiamento climático pode apoiar a coordenação dos detentores de direitos; ajudar a levantar questões relacionadas aos seus direitos e prioridades autodeterminadas; fortalecer o diálogo entre governos, doadores e comunidades; e construir capacidades governamentais para se envolver efetivamente com grupos de PIs, PADs e CLs.

Principais ameaças e riscos

- Existe uma falta de informação e transparência em torno dos diferentes mecanismos de financiamento climático, dificultando o acesso por Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais. As informações compartilhadas com esses grupos são excessivamente técnicas e não culturalmente apropriadas.
- Os Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais são vistos principalmente como beneficiários, em vez de parceiros e aliados no desenvolvimento e implementação de soluções climáticas

eficazes, justas e equitativas. E na ausência de critérios de financiamento adequados à finalidade para melhor direcionar os fluxos de recursos para aqueles que administram as florestas e os territórios que desejamos proteger, restaurar e conservar, o financiamento climático de não mercado tende a ser capturado por governos e intermediários que são conhecidos pela sua transparência limitada, pesados custos de transação e fracos resultados em termos de dar prioridade a direitos ou apresentar resultados sustentáveis.

- Poucos governos dispõem dos quadros jurídicos e regulamentares e/ou das capacidades técnicas necessárias para participar de forma eficaz e transparente em transações de carbono baseadas no mercado. Os direitos de carbono, incluindo o seu significado e implicações, estão mal definidos na maioria dos países com florestas tropicais.
- As diferentes experiências, prioridades, valores e direitos dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais são inadequadamente compreendidos ou considerados pelos tomadores de decisão a nível local e nacional. As atuais vias de diálogo entre os governos e os detentores de direitos são, de um modo geral, insuficientes para garantir consultas transparentes e uma participação efetiva e significativa no planejamento, implementação e monitoramento das ações climáticas acordadas. As frequentes mudanças na administração e/ou liderança governamental prejudicam ainda mais a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas de reforço das capacidades. Além disso, ainda ocorre que os governos consultam ou dependem de ONGs ou dos chamados especialistas que afirmam representar ou ter o consentimento das comunidades, em vez de respeitar as estruturas institucionais tradicionais e consultar diretamente os líderes comunitários.
- O financiamento climático está dividindo comunidades, com alguns detentores de direitos priorizando a posse e os direitos sobre a terra, enquanto outros priorizam os interesses de subsistência. Em algumas comunidades, o dinheiro (ou a perspectiva deste) tem sido uma fonte de divisão, competição, e perda de solidariedade comunitária e integridade cultural.
- A maioria dos mecanismos de financiamento climático não aplica o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI).
- As mulheres enfrentam maiores dificuldades em termos da sua capacidade de participar ativamente nos debates e de ter voz ativa nos processos de tomada de decisão da comunidade.
- Apesar dos esforços contínuos para melhorar a integridade, transparência e confiabilidade dos padrões de crédito de carbono e biodiversidade, a implementação eficaz desses quadros permanece problemática sob uma perspectiva baseada em direitos. Em vez de defender o direito internacional e as melhores práticas, os padrões são amplamente aplicáveis apenas conforme as leis nacionais, tornando-se ineficazes em contextos onde os direitos são limitados ou inadequadamente reconhecidos. Isso é particularmente verdadeiro para direitos de posse de terra e CLPI; onde os detentores de direitos raramente são adequadamente consultados e/ou informados sobre iniciativas propostas e ainda mais raramente dão seu consentimento para iniciativas de financiamento climático em seus territórios.
- Os defensores dos direitos fundiários e as comunidades que estão na linha de frente da luta pelo território enfrentam ameaças crescentes de criminalização e violência, apesar das obrigações do Estado de defender e proteger os seus direitos, limitando assim a sua capacidade de se envolverem de forma segura e eficaz nos processos políticos.
- Os participantes enfatizaram a necessidade de mais mecanismos liderados pela comunidade que possam canalizar o financiamento diretamente para elas em apoio às suas necessidades e prioridades de subsistência. Mais deveria ser feito para capturar o sucesso do financiamento direto, a fim de demonstrar eficácia e incentivar doadores a fornecerem mais apoio direto às comunidades. Atualmente, porém, os doadores não confiam nas comunidades ou nas suas organizações para gerir os fundos, limitando assim o seu potencial para demonstrar o impacto.

- A abordagem capitalista e baseada no mercado para o financiamento climático não se alinha com muitas das culturas, valores e visões de mundo dos PIs, PADs e CLs.

DEBATE SOBRE O FUTURO DO CLIMA

A discussão sobre como melhorar o financiamento climático para que reflita melhor as prioridades autodeterminadas dos IPs, ADPs, LCs e mulheres desses grupos foi focada nas duas considerações a seguir:

1. Como é que os diferentes instrumentos de financiamento climático podem servir melhor às prioridades e necessidades dos titulares de direitos?
2. Como é que as organizações de titulares de direitos e os aliados podem trabalhar em conjunto para reforçar posições e servir às visões coletivas dos titulares de direitos para o futuro?

Prioridades para o financiamento climático

- Todo o financiamento para combater as mudanças climáticas deve incluir como objetivo central o fortalecimento e a garantia dos direitos tradicionais de posse à terra dos PIs, PADs e CLs.
- Em conformidade com as exigências de um financiamento adequado à finalidade, é necessária uma maior coordenação e envolvimento para harmonizar os fluxos e prioridades de financiamento (ou seja, clima, biodiversidade, desenvolvimento) e melhorar a acessibilidade e a coerência do financiamento para servir múltiplos objetivos e compromissos, evitando simultaneamente a duplicação de encargos administrativos.
- Os PIs, PADs e CLs devem ser incluídos desde o início no desenvolvimento de mecanismos de financiamento, políticas, salvaguardas e normas para garantir que o financiamento climático respeite os conhecimentos e direitos tradicionais.
- Para além de aumentar os fundos liderados pelos titulares de direitos e os mecanismos de financiamento direto para aumentar o acesso dos PIs, PADs e CLs ao financiamento, os acordos de compartilhamento de benefícios em torno do financiamento climático têm de se tornar mais equitativos.

Trabalhar em conjunto

- Os detentores de direitos e os seus aliados devem intensificar os esforços para desenvolver mecanismos de financiamento climático da base para o topo que possam responder melhor às prioridades autodeterminadas dos PIs, PADs, CLs e das mulheres desses grupos. Isto requer uma mudança no financiamento climático, em que esses grupos sejam tratados como atores iguais nas negociações e não apenas como beneficiários.
- É necessário criar um espaço ou uma plataforma comum para que esses grupos criem alianças e discutam questões, desafios, oportunidades e lições aprendidas dentro e entre regiões.
- É necessário empreender maiores esforços para garantir que mulheres, jovens e Povos Afrodescendentes estejam mais visivelmente e efetivamente envolvidos em discussões relacionadas ao clima e à conservação.
- É necessário garantir uma maior transparência e compartilhamento de informações sobre os mecanismos e acordos de financiamento climático. Para tal, é necessário aumentar o financiamento das consultas às

comunidades e respeitar plenamente o CLPI, bem como garantir que a informação seja acessível e traduzida para as línguas locais.

- Intermediários e aliados precisam aprender quando recuar para permitir que os detentores de direitos sejam os condutores das discussões e tenham acesso ao financiamento. Atualmente, muito do financiamento vai para intermediários, em vez de diretamente para organizações comunitárias e Indígenas.
- Os aliados devem trabalhar com Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e comunidades locais para desenvolver planos de longo prazo, e não apenas projetos de um a dois anos. Muitas prioridades exigem apoio de longo prazo, e os detentores de direitos devem poder desenvolver esses projetos junto com os aliados, em vez de os aliados apresentarem apenas os projetos que estão dispostos a apoiar.
- Os doadores devem avaliar as suas expectativas administrativas em relação às organizações comunitárias de base quando implementam projetos. Muitas organizações de base não dispõem das ferramentas, dos recursos ou da Internet necessários para satisfazer as exigências específicas dos doadores em matéria de apresentação de relatórios. Os doadores devem trabalhar com os seus parceiros – PIs, PADs e CLs – para determinar formas de as organizações locais monitorizarem e apresentarem relatórios sobre os projetos, minimizando ao mesmo tempo os encargos excessivos para as comunidades. Os aliados podem também apoiar o reforço dos sistemas de governança local e das instituições das comunidades.
- É necessário apoio técnico e jurídico às comunidades em questões de financiamento climático para auxiliar na tomada de decisões dos titulares de direitos ao considerar a possibilidade de participar em diferentes mecanismos ou firmar acordos.
- Governos, doadores, aliados e organizações de titulares de direitos devem trabalhar em conjunto para criar sistemas de responsabilização e mecanismos de denúncia mais eficazes, tanto a nível nacional como internacional.
- O movimento global por direitos tem agora uma oportunidade sem precedentes para ajudar a avançar, aprender e fortalecer iniciativas de financiamento direto como Podaali, Nusuntara, Fundo Mesoamericano e Shandia. É necessário mais apoio para garantir bolsas que apoiem as estruturas e instituições de governança das comunidades Indígenas, ajudem a registar os direitos coletivos à terra e apoiem a luta por reivindicações históricas de injustiça fundiária em áreas de conservação.

REFLEXÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre as discussões do encontro, surgiram vários temas-chave e recomendações. Nas suas observações finais, os titulares de direitos enfatizaram a necessidade de:

- Criar mecanismos, padrões e normas Indígenas/comunitários para responsabilizar os mecanismos de financiamento do mercado e de outros mercados e promover a adoção de abordagens justas, equitativas, inclusivas e baseadas nos direitos para resolver a crise climática e da biodiversidade.
- Desenvolver ferramentas de compartilhamento de capacidades, estratégias e intercâmbios que se baseiem no conhecimento coletivo e nas experiências dos detentores de direitos e das organizações de apoio para garantir que os líderes e atores da comunidade, incluindo mulheres e jovens, compreendam os aspectos positivos e negativos dos mecanismos de financiamento de mercado e não mercado. E possam ainda ponderar opções e tomar decisões informadas com base nas suas prioridades autodeterminadas, em conformidade com os princípios do CLPI. Deve igualmente ser considerada a criação de uma comunidade informal de prática com acesso a aconselhamento jurídico e a peritos técnicos.
- Desenvolver as capacidades do governo e dos doadores para compreender melhor as realidades, experiências, prioridades e valores dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, comunidades locais e

mulheres dentro desses grupos, e trabalhar com eles para alinhar as prioridades e estratégias nacionais e internacionais de financiamento climático e da biodiversidade.

- Prosseguir com os Diálogos sobre o Futuro do Clima para apoiar os intercâmbios de conhecimentos conduzidos pelos titulares de direitos, explorar temas técnicos, reforçar a solidariedade e melhorar a coordenação estratégica.
- Produzir orientações baseadas em dados concretos sobre os benefícios sociais e ambientais, os riscos e as desvantagens dos regimes de financiamento baseados no mercado, com base nas experiências transregionais das comunidades envolvidas ou afetadas por projetos ou regimes de crédito jurisdicional.
- Trabalhar com os parceiros e colaboradores da coligação para explorar soluções inovadoras, baseadas nas comunidades, para as crises do clima e da biodiversidade através de abordagens baseadas nos direitos que sejam coerentes com a Iniciativa de Metas Científicas, a necessidade de cortes profundos e imediatos nas emissões de gases com efeito de estufa e a necessidade de abordar os verdadeiros motores das alterações ambientais globais.
- Promover um movimento global para superar a falta de ambição política, o aumento das emissões fósseis e a investida de programas de crédito de carbono em vez de mudanças reais.